

Baker obteve lucro com a dívida do Brasil

Editorial

Boston — O secretário de Estado James A. Baker pode ter violado uma regulamentação sobre conflito de interesses, estabelecida pelo Departamento de Justiça em 1987, quando rejeitou um plano para que os bancos comerciais reestruturassem grandes quantias da dívida externa brasileira, segundo reportagem publicada ontem no *The Boston Globe*.

Baker possuía boa quantidade de ações de um dos bancos norte-americanos. Sua decisão foi tomada três meses depois que o conselho geral do Departamento do Tesouro, então dirigido por ele, recebeu uma cópia de uma determinação do Departamento de Justiça proibindo que altos funcionários federais tomassem parte em decisões — inclusive assuntos de políticas mais amplas — que pudessem afetar suas finanças pessoais.

Em um encontro com o então ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em setembro de 1987, Baker rejeitou um pedido para a reestruturação de parte de um débito de 70 bilhões de dólares com bancos norte-americanos.

Na ocasião, Baker tinha ações no valor calculado de 2 milhões de dólares do

Chemical Bank, um dos maiores credores do Brasil, que devia ao banco empréstimos de 1,4 bilhão de dólares.

O jornal *The Globe* disse que um estudo subsequente realizado pelo economista Harry Huizinga, da Universidade de Stanford, descobriu que a decisão de Baker teve efeitos subsequentes sobre o valor das ações que subiu 40 por cento nos seis meses seguintes, passando de 20 para 28 dólares cada ação.

PREOCUPAÇÃO

D. Edward Wilson Jr., ex-conselheiro geral-assistente do Departamento do Tesouro, disse que a regulamentação do Departamento de Justiça havia causado grande preocupação aos advogados que aconselhavam Baker. Wilson, que hoje tem um escritório particular de advocacia, disse ao *The Boston Globe* que hoje ele avisaria a Baker sobre o possível conflito. Mas acrescentou que, se há erro, é dele, que não falou a Baker sobre o assunto. E Baker deveria ter sido avisado de que havia um problema potencial.

A regulamentação do De-

partamento de Justiça dia que a lei federal de conflitos de interesses deveria ser interpretada como impedimento para funcionários tomarem parte em qualquer assunto de política geral e de tomada de decisões, se essas decisões pudessem ter um efeito direto e previsível em suas posses pessoais.

C. Boyden Gray, atual conselheiro da Casa Branca, disse que a determinação do Departamento de Justiça foi seu argumento principal para persuadir Baker a vender suas ações do Chemical Bank mês passado. Baker disse que ele decidira vender as ações para evitar a suspeita de conflito de interesses.

Robert M. Dimmitt, conselheiro geral do Departamento de Tesouro quando Baker foi secretário, disse que discorda da opinião de que Baker não deveria ter tomado parte na decisão relativa ao Brasil. Desde que o assunto da dívida do Terceiro mundo envolvia todos os bancos, ele argumentou para o *The Globe*, não se podia considerar que a decisão beneficiaria apenas as ações do Chemical Bank que Baker possuía.